



# Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20  
25





# Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

## Relatório Municipal ODS 2025 Augusto Corrêa





## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

**Helder Zahluth Barbalho**  
Governador do Estado do Pará

## FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Deyvison Andrey Medrado Gonçalves**  
Diretor Científico

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos**  
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão  
da Informação

**Luziane Cravo Silva**  
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

**Juliano Gotardo Pancieri**  
Diretor Administrativo

**Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari**  
Diretor de Operações Técnicas

**Oswaldo Trindade Carvalho**  
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

## EXPEDIENTE

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Marcelo Santos Chaves**  
Coordenador de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA**  
Coordenador Geral da Pesquisa

**Marcelo Santos Chaves – FAPESPA**  
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**  
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social  
da Amazônia – AMAZON CETEC**  
Organização



# ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

<b>Objetivo 1</b> - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

<b>Objetivo 2</b> - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

<b>Objetivo 3</b> - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

<b>Objetivo 4</b> - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

<b>Objetivo 5</b> - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

<b>Objetivo 6</b> - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----





	<b>Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....</b>	<b>24</b>
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	<b>Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....</b>	<b>27</b>
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	<b>Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....</b>	<b>29</b>
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	<b>Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....</b>	<b>32</b>
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	<b>Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....</b>	<b>34</b>
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	<b>Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....</b>	<b>36</b>
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	<b>Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....</b>	<b>39</b>
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	<b>Objetivo 14 – Vida na Água.....</b>	<b>41</b>
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	<b>Objetivo 15 – Vida Terrestre.....</b>	<b>42</b>
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	<b>Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....</b>	<b>45</b>
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	<b>Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....</b>	<b>47</b>
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	<b>Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....</b>	<b>50</b>
	<b>Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....</b>	<b>51</b>



# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução da Taxa de Pobreza, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	10
<b>Gráfico 2</b> - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	11
<b>Gráfico 3</b> - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	12
<b>Gráfico 4</b> - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	13
<b>Gráfico 5</b> - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	15
<b>Gráfico 6</b> - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	16
<b>Gráfico 7</b> - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019- 2023).....	18
<b>Gráfico 8</b> - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	19
<b>Gráfico 9</b> - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	20
<b>Gráfico 10</b> - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	21
<b>Gráfico 11</b> - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) ...	23
<b>Gráfico 12</b> - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	24
<b>Gráfico 13</b> - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	25





# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 14</b> - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	26
<b>Gráfico 15</b> - Empregos Formais por Mil Habitantes, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	28
<b>Gráfico 16</b> - PIB per capita, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022).....	29
<b>Gráfico 17</b> - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022) .....	31
<b>Gráfico 18</b> - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	32
<b>Gráfico 19</b> - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022) .....	33
<b>Gráfico 20</b> - Acesso à Telefonia Móvel, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	35
<b>Gráfico 21</b> - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	36
<b>Gráfico 22</b> - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	37
<b>Gráfico 23</b> - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	38
<b>Gráfico 24</b> - Gastos per capita com prevenção de desastres, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	40
<b>Gráfico 25</b> - Despesa per capita com preservação aquática, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	42
<b>Gráfico 26</b> - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	43
<b>Gráfico 27</b> - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	44
<b>Gráfico 28</b> - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	46
<b>Gráfico 29</b> - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023) .....	47
<b>Gráfico 30</b> - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022) .....	48
<b>Gráfico 31</b> - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	49
<b>Gráfico 32</b> - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2025) .....	50



# INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Augusto Corrêa (PA)**.





# ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

*Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.*

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



## Evolução da Taxa de Pobreza

Em Augusto Corrêa, a taxa de pobreza apresentou uma leve oscilação entre 2019 e 2021, com 68,9% em 2019, 66,8% em 2020 e 68,2% em 2021. No entanto, em 2022, observou-se um aumento expressivo, atingindo 91,6%, valor significativamente acima da média estadual e regional. Em 2023, a taxa retornou a 68,6%, praticamente ao mesmo patamar de início da série, indicando que o pico observado em 2022 foi atípico, possivelmente refletindo efeitos pontuais de crises econômicas ou mudanças nas políticas sociais que afe-

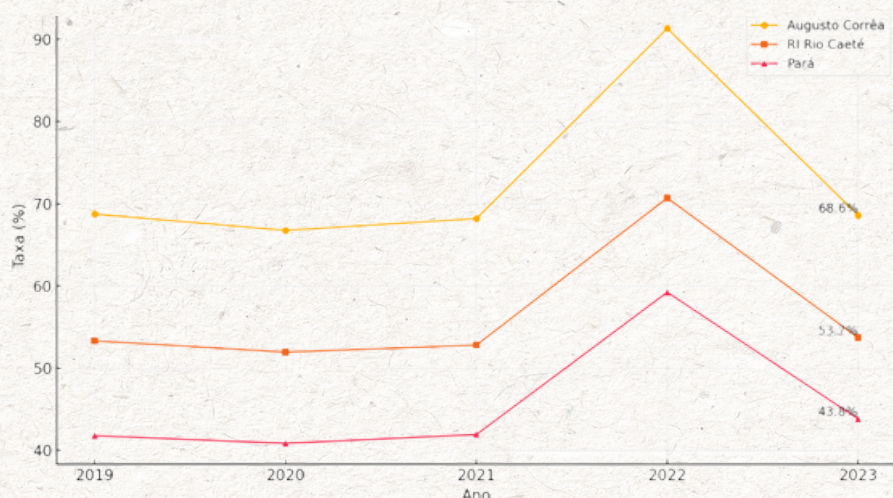
taram a renda das famílias (Gráfico 1).

Na Região de Integração Rio Caeté, o comportamento foi semelhante, com variações leves entre 2019 e 2021: 53,5% em 2019, 52,0% em 2020 e 52,8% em 2021. Em 2022, a taxa subiu fortemente para 70,3% e caiu novamente para 53,7% em 2023. Já o estado do Pará mostrou maior estabilidade relativa: 41,9% em 2019, 40,7% em 2020, 41,7% em 2021, com um aumento mais contido em 2022 para 59,1%, e recuo para 43,8% em 2023.



Em todos os níveis, o ano de 2022 foi marcado por um agravamento da pobreza, com posterior reversão, embora os níveis continuem elevados, especialmente em áreas mais vulneráveis (Gráfico 1).

**Gráfico1** - Evolução da Taxa de Pobreza, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 68,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesas Públicas com Serviços essenciais

No município de Augusto Corrêa, as despesas públicas com serviços essenciais se mantiveram em patamares elevados durante todo o período. Em 2019, o percentual era de 77,4%, caindo para 73,2% em 2020 e subindo para 78,1% em 2021, o maior valor da série. Em 2022 houve uma nova queda para 72,4%, seguida de recuperação em 2023, quando o índice chegou a 75,8%. O padrão indica uma priorização orçamentária consistente em áreas como saúde, educação e assistência social, mesmo diante das oscilações econômicas do período, com destaque para o aumento em 2021, possivelmente em resposta aos efeitos da pandemia (Gráfico 2).

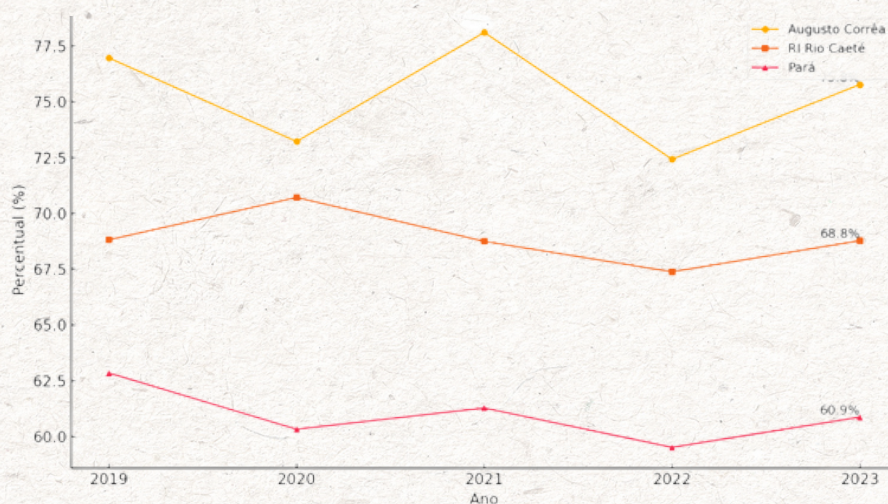
Na Região de Integração Rio Caeté, os per-

centuais oscilaram entre 68,6% em 2019, 70,7% em 2020, 68,7% em 2021, 67,4% em 2022 e 68,8% em 2023, demonstrando relativa estabilidade e manutenção dos investimentos. Já o estado do Pará apresentou valores mais baixos: 62,9% em 2019, 60,3% em 2020, 61,3% em 2021, 59,4% em 2022 e leve alta para 60,9% em 2023. Essa tendência evidencia que, enquanto o município de Augusto Corrêa manteve alto compromisso com o financiamento de serviços essenciais, o estado como um todo mostrou um padrão mais contido, o que pode refletir diferenças nas prioridades orçamentárias ou na capacidade fiscal entre os entes (Gráfico 2).





**Gráfico 2** - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

## ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

*Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.*



## Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Augusto Corrêa, a prevalência de crianças nascidas com baixo peso apresentou variações significativas. Em 2019, a taxa era de 7,3%, subindo para 7,9% em 2020. Em 2021, houve uma queda para 7,0%, seguida de um pico em 2022, quando o índice atingiu 8,5%, o maior valor da série. No entanto, em 2023, a taxa caiu novamente para 7,0%, igualando o valor de 2021. A oscilação dos dados pode refletir variações nas condições de saúde materno-infantil e no acesso a cuidados pré-natais

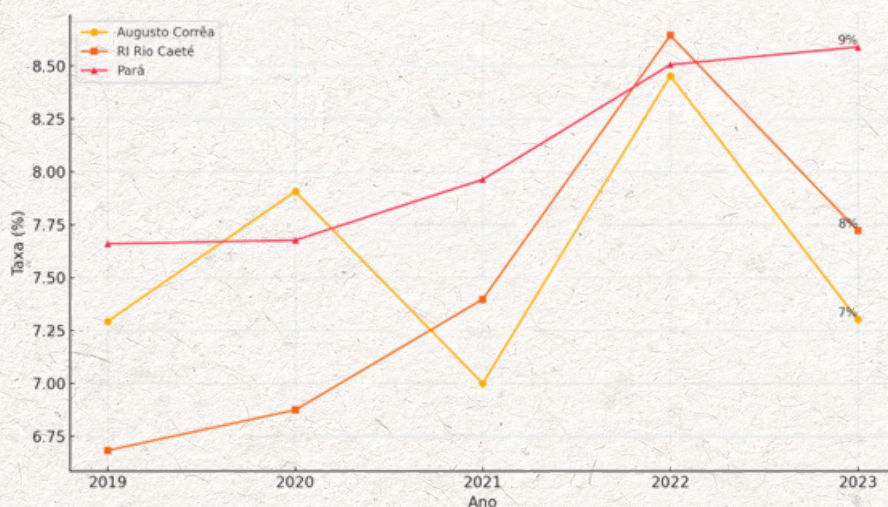
e neonatais (Gráfico 3).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador apresentou crescimento mais contínuo nos primeiros anos: partiu de 6,6% em 2019, passou para 6,8% em 2020, 7,3% em 2021 e atingiu o pico de 8,7% em 2022, encerrando 2023 com 8,0%. Já no estado do Pará, a trajetória foi de crescimento constante: 7,6% em 2019 e 2020, 7,9% em 2021, 8,5% em 2022 e 9,0% em 2023, indicando tendência de agravamento do problema em nível estadual.

A análise mostra que, embora Augusto Corrêa tenha registrado melhora em 2023, o contexto regional e estadual aponta para aumento preocupante do indicador (Gráfico 3).



**Gráfico 3** - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



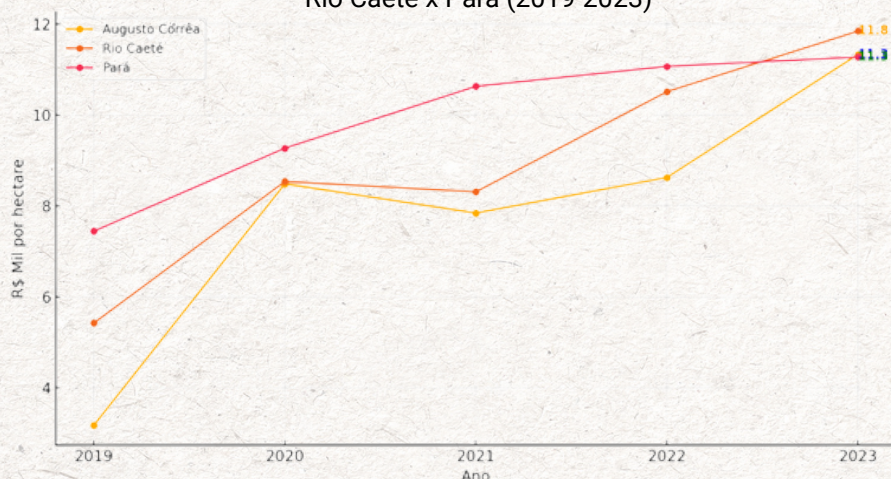
### Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Augusto Corrêa apresentou um crescimento acentuado na produtividade agrícola entre 2019 e 2023. Em 2019, a produtividade era de R\$ 3,1 mil/hectare, subindo expressivamente para R\$ 8,5 mil/hectare em 2020. Em 2021, houve uma leve queda para R\$ 7,9 mil/hectare, seguida de recuperação gradual para R\$ 8,6 mil/hectare em 2022 e um salto para R\$ 11,3 mil/hectare em 2023. O desempenho demonstra uma tendência positiva no uso da terra para atividades agropecuárias, possivelmente associada a avanços tecnológicos, melhorias na gestão rural ou aumento da valorização dos produtos agrícolas locais (Gráfico 4).

Na Região de Integração Rio Caeté, a trajetória foi semelhante, com aumento de R\$ 5,4 mil/

hectare em 2019 para R\$ 8,5 mil/hectare em 2020. Após uma pequena queda para R\$ 8,3 mil/hectare em 2021, a produtividade cresceu para R\$ 10,5 mil/hectare em 2022 e atingiu R\$ 11,8 mil/hectare em 2023, superando os níveis municipais e estaduais. No estado do Pará, os valores foram consistentemente mais altos, começando em R\$ 7,5 mil/hectare em 2019, passando por R\$ 9,2 mil/hectare (2020), R\$ 10,7 mil/hectare (2021), R\$ 11,1 mil/hectare (2022) e chegando a R\$ 11,3 mil/hectare em 2023. A tendência geral é de expansão da produtividade agrícola em todos os níveis, com destaque para a RI, que lidera esse avanço no último ano da série (Gráfico 4).

**Gráfico 4** - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Augusto Corrêa x RI  
Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11,3 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.







# ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

*Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.*

## Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

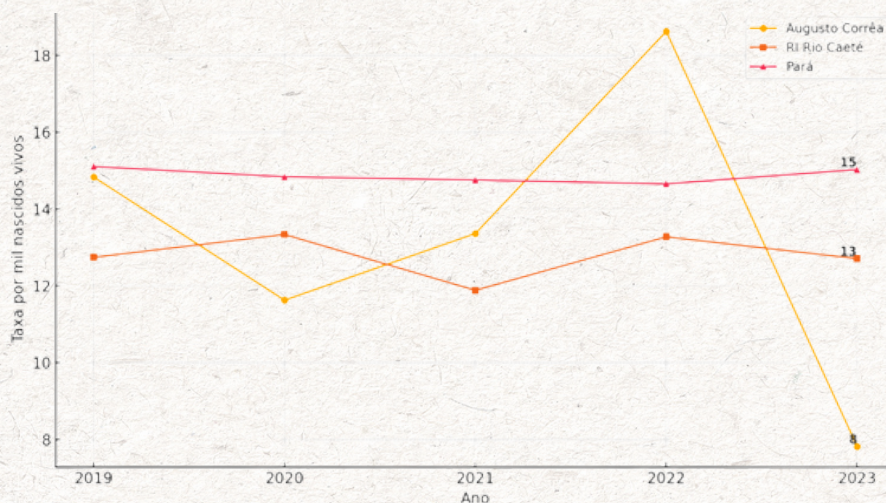
No município de Augusto Corrêa, a taxa de mortalidade infantil iniciou o período em 14,9 por mil nascidos vivos em 2019 e apresentou redução em 2020, chegando a 11,7. Em 2021, houve uma leve elevação para 13,4, seguida de um aumento expressivo em 2022, quando a taxa atingiu 18,7, o maior valor da série. Em 2023, entretanto, verificou-se uma queda significativa para 8,0, o menor patamar no quinquênio, indicando uma possível resposta positiva de políticas públicas ou melhorias nos serviços de saúde infantil no último ano analisado (Gráfico 5).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador apresentou oscilações mais suaves: partiu de 12,7 em 2019, subiu para 13,3 em 2020, caiu para 11,9 em 2021, voltou a subir para 13,3 em 2022 e encerrou em 13,0 em 2023. No estado do Pará, o comportamento foi ainda mais estável: iniciou com 15,1 em 2019, seguido por 14,9 em 2020, 14,8 em 2021, 14,7 em 2022 e 15,0 em 2023. O padrão mostra que Augusto Corrêa teve um desempenho mais volátil, com oscilações acentuadas, enquanto a RI e o estado mantiveram a taxa relativamente constante, embora ainda em níveis elevados (Gráfico 5).





**Gráfico 5** - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Número de Médicos por 10 mil habitantes

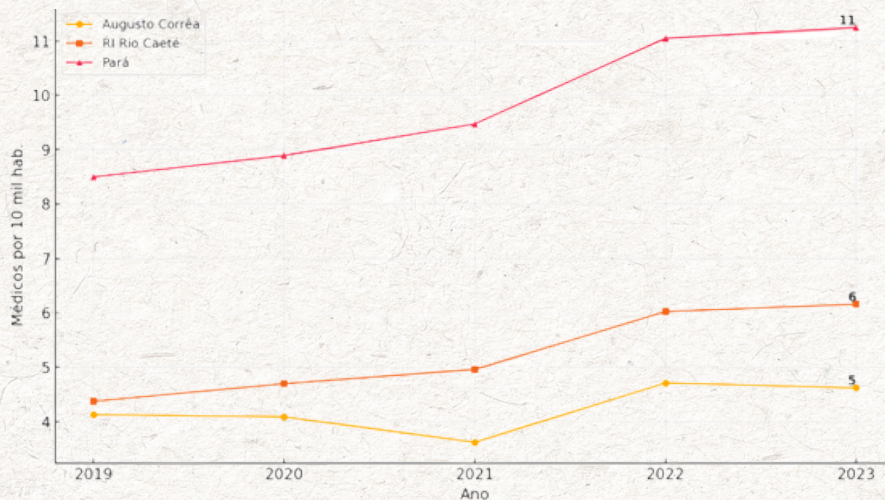
Em Augusto Corrêa, a disponibilidade de médicos por 10 mil habitantes variou positivamente ao longo do período. Em 2019, o município contava com 4,1 médicos por 10 mil hab., mantendo o mesmo valor em 2020. Em 2021, houve uma leve queda para 3,6, seguida de aumento para 4,7 em 2022 e novo crescimento para 5,0 em 2023. Apesar de apresentar um nível absoluto ainda baixo, a tendência é de crescimento na densidade médica, o que pode estar relacionado à ampliação de programas de provimento de profissionais ou expansão da rede de atenção básica (Gráfico 6).

Na Região de Integração Rio Caeté, o número de médicos aumentou de 4,4 em 2019 para 4,7 em 2020, 4,9 em 2021, 6,0 em 2022 e 6,1 em 2023, apresentando um crescimento mais contínuo. Já no estado do Pará como um todo, o avanço foi mais expressivo: partiu de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019, passando para 8,9 em 2020, 9,4 em 2021, 11,0 em 2022 e chegando a 11,2 em 2023. Os dados revelam disparidades territoriais no acesso à força de trabalho médica, com Augusto Corrêa e a RI ainda abaixo da média estadual, embora todos os níveis apresentem melhora no indicador (Gráfico 6).





**Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





# ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

*Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.*

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

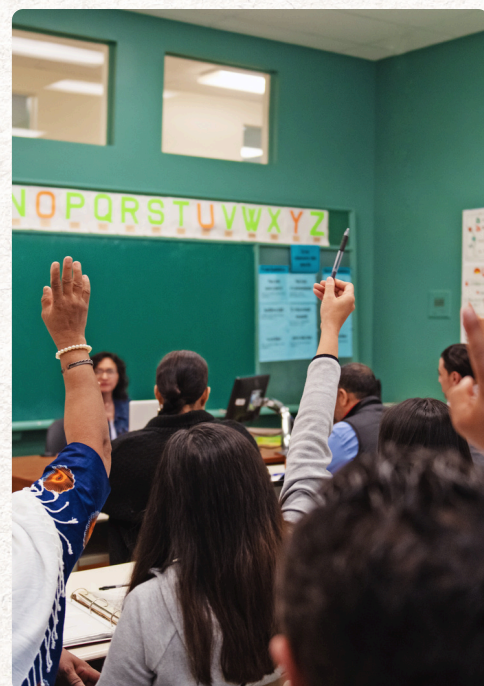
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

## Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

No município de Augusto Corrêa, observou-se uma tendência de queda no número de vagas no ensino público por mil habitantes ao longo do período. Em 2019, o indicador estava em 299,6 vagas, caindo para 288,1 em 2020. Em 2021, houve leve recuperação para 295,3, mas o número voltou a cair nos anos seguintes, atingindo 275,9 em 2022 e 264,0 em 2023. O movimento sugere uma possível redução da capacidade de oferta educacional, seja por fatores demográficos, orçamentários ou reestruturação da rede pública local (Gráfico 7).

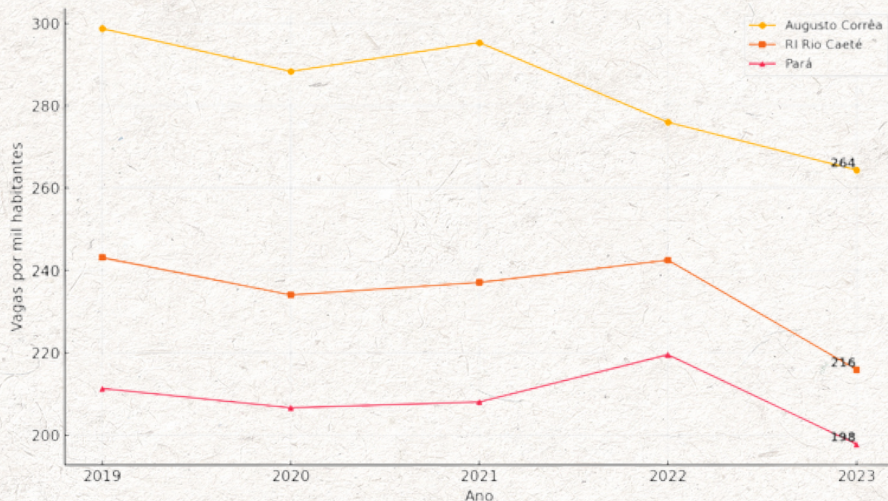
Na Região de Integração Rio Caeté, o comportamento tam-

bém foi descendente: partindo de 243,2 vagas por mil habitantes em 2019, caindo para 234,5 em 2020, subindo levemente para 237,2 em 2021, chegando a 243,5 em 2022 e caindo novamente para 216,3 em 2023. No estado do Pará, o padrão foi semelhante: 211,6 em 2019, 206,4 em 2020, 208,1 em 2021, com uma elevação em 2022 para 219,3, antes de recuar para 198,4 em 2023. Esses dados indicam uma redução generalizada na densidade de oferta de vagas educacionais públicas, possivelmente associada a mudanças na demanda ou ao dimensionamento da rede (Gráfico 7).





**Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)**



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 264 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

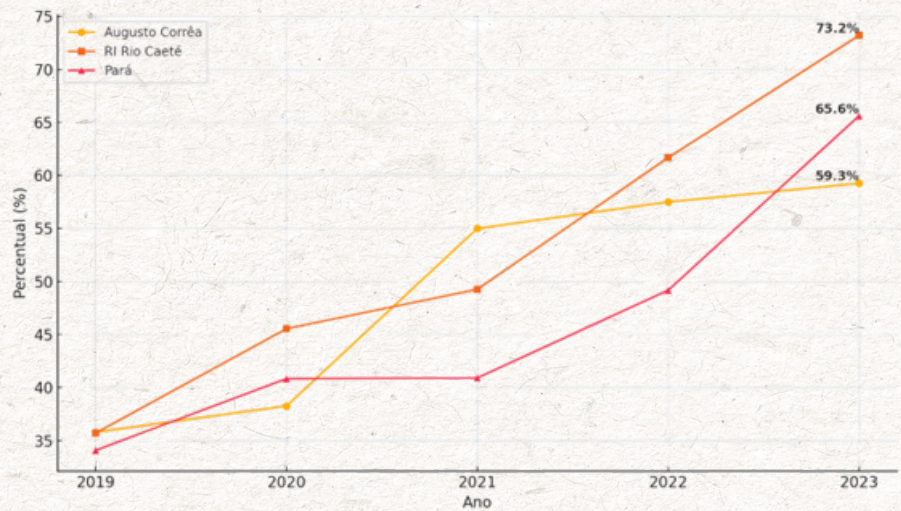
### Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Augusto Corrêa, houve crescimento progressivo no percentual de escolas com acesso à internet. O indicador saiu de 35,7% em 2019, subiu levemente para 38,5% em 2020 e teve salto expressivo em 2021, chegando a 54,9%. Em 2022, o percentual atingiu 57,4% e continuou crescendo até 59,3% em 2023. Ainda que o crescimento seja constante, os percentuais finais indicam que cerca de 4 em cada 10 escolas permanecem sem acesso à internet, o que pode comprometer iniciativas de ensino híbrido ou digitalização (Gráfico 8).

Na RI Rio Caeté, o percentual também aumentou consideravelmente: de 36,0% em 2019, passou para 45,6% em 2020, 49,3% em 2021, 61,7% em 2022 e 73,2% em 2023, superando o desempenho municipal. O estado do Pará também avançou, partindo de 33,6% em 2019, 40,6% em 2020, estagnando em 40,8% em 2021, mas acelerando em 2022 (49,2%) e 2023 (65,6%). O avanço geral nos três níveis revela esforços estruturais para ampliar o acesso digital nas escolas, com destaque para o ritmo de crescimento na RI, que lidera o processo (Gráfico 8).



**Gráfico 8** - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

*Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.*

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

### Violência Contra a Mulher por Parceiros

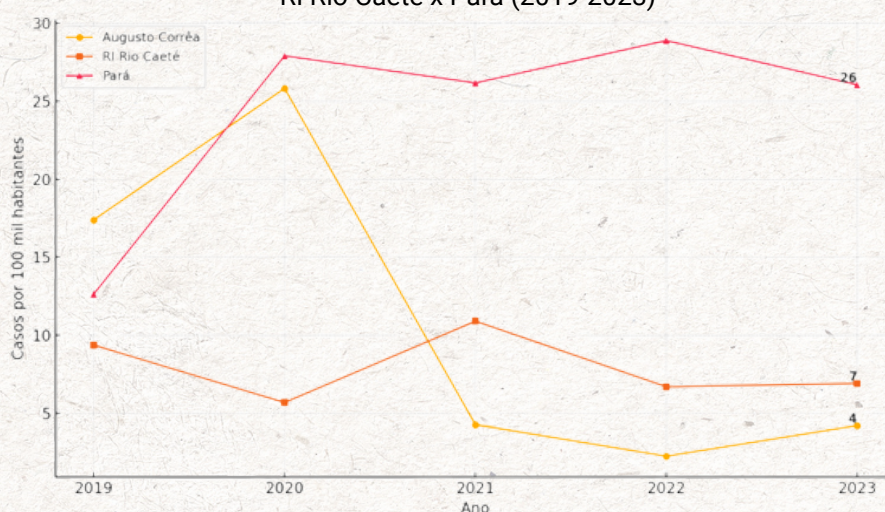


Em Augusto Corrêa, o número de casos de violência contra a mulher praticada por parceiros apresentou uma elevação significativa entre 2019 e 2020, subindo de 17,4 para 25,7 casos por 100 mil habitantes. No entanto, após esse pico, o indicador teve uma queda abrupta para 4,4 em 2021 e alcançou seu menor valor em 2022, com apenas 2,1 casos. Em 2023, houve uma leve alta para 4,0, mas ainda em patamares consideravelmente inferiores ao início da série. Essa forte oscilação pode estar relacionada tanto a variações na notificação dos casos quanto a políticas de enfrentamento à violência doméstica (Gráfico 9).



Na Região de Integração Rio Caeté, o comportamento foi mais estável, iniciando com 9,4 casos em 2019, caindo para 5,7 em 2020, subindo para 10,9 em 2021 e depois diminuindo para 6,7 em 2022 e 7,0 em 2023. Já o estado do Pará registrou aumento mais consistente: 12,7 em 2019, 27,9 em 2020, queda para 26,3 em 2021, novo pico em 2022 com 29,0 e leve recuo para 26,0 em 2023. O estado apresenta um patamar elevado de casos, diferentemente do município, que nos últimos três anos apresentou os menores valores da série, possivelmente refletindo subnotificação, deslocamento do problema para outras esferas ou políticas locais mais eficazes (Gráfico 9).

**Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

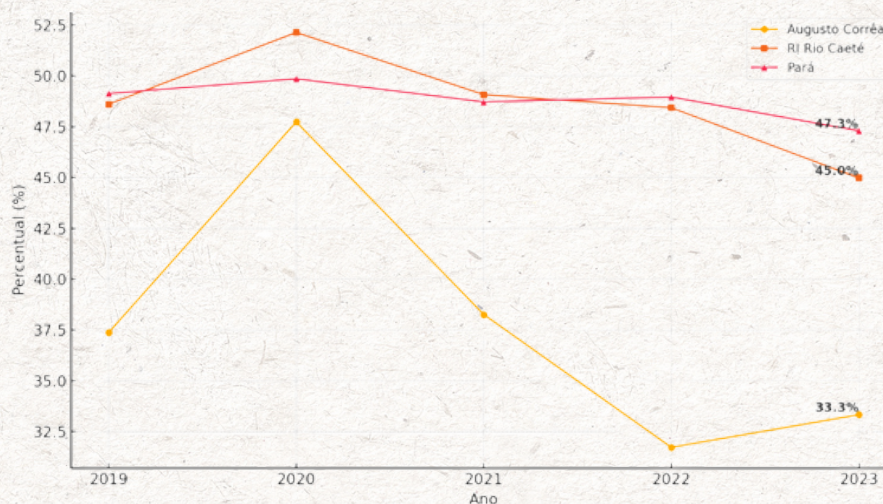
No município de Augusto Corrêa, o percentual de mulheres em cargos gerenciais iniciou em 2019 com 37,5%, atingiu o maior valor da série em 2020, com 47,8%, e passou a declinar nos anos seguintes: 38,2% em 2021, 31,2% em 2022 e 33,3% em 2023. A queda acentuada após 2020 pode indicar uma retração na presença feminina em posições de liderança local, seja no setor público ou privado, e levanta preocupações sobre retrocessos na equidade de gênero no mercado de trabalho (Gráfico 10).





Na Região de Integração Rio Caeté, a presença feminina foi maior e mais estável: 48,7% em 2019, 52,1% em 2020 (pico), 49,1% em 2021, 48,5% em 2022 e 45,0% em 2023. Já o estado do Pará apresentou leve oscilação em torno de valores consistentes: 49,0% em 2019, 49,9% em 2020, 49,0% em 2021, 48,9% em 2022 e 47,3% em 2023. Esse panorama mostra que, embora o estado e a região mantenham uma representação feminina próxima da paridade em cargos de gestão, Augusto Corrêa vem perdendo espaço para as mulheres em posições de comando, o que pode refletir tanto aspectos culturais quanto estruturais da gestão local (Gráfico 10).

**Gráfico 10** - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

*Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.*

## Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

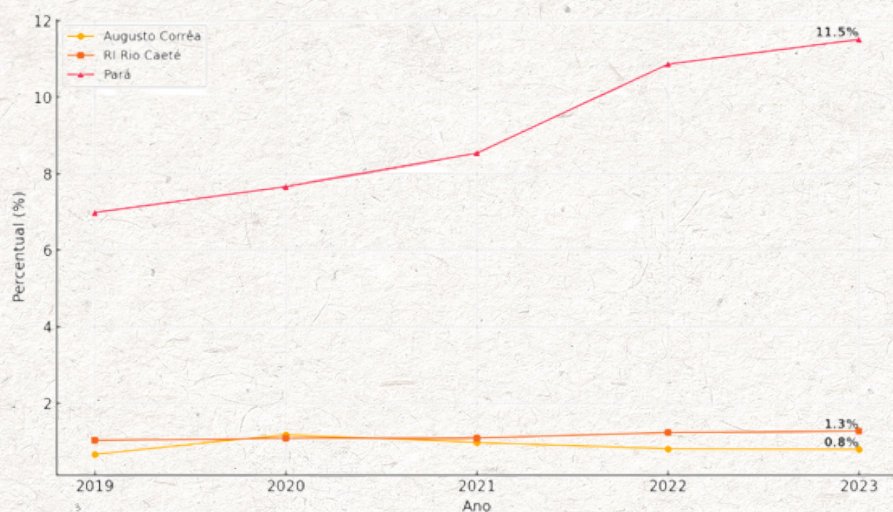
No município de Augusto Corrêa, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto oscilou levemente ao longo do período, com baixos índices em todos os anos. Em 2019, o percentual era de 0,7%, subindo para 1,2% em 2020. Em 2021, manteve-se em 1,1%, caindo para 0,9% em 2022 e encerrando 2023 em 0,8%. Esses dados revelam uma estagnação na universalização do serviço para as camadas mais vulneráveis, com desempenho significativamente abaixo da média estadual e regional (Gráfico 11).

Na Região de Integração Rio Caeté, o percentual variou de 1,1% em 2019 para 1,2% em 2020, mantendo esse nível até 2023, com uma leve elevação para 1,3% em 2022 e 2023. Já no estado do Pará, o comportamento foi de crescimento contínuo: iniciou em 7,0% em 2019, subindo para 7,6% em 2020, 8,5% em 2021, 10,9% em 2022 e atingindo 11,5% em 2023. Esse avanço no estado não se refletiu proporcionalmente nas regiões mais periféricas como Augusto Corrêa, evidenciando disparidades no acesso ao saneamento entre os territórios (Gráfico 11).





**Gráfico 11** - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Gasto Municipal com Saneamento per capita

Augusto Corrêa apresentou valores extremamente baixos e irregulares no gasto municipal com saneamento per capita ao longo do período analisado. Em 2019, o gasto foi de R\$ 1,5, caindo para R\$ 0 em 2020 e 2021. Em 2022, houve uma pequena retomada, com gasto de R\$ 1 por habitante, mas novamente em 2023 o valor retornou a R\$ 0. Essa trajetória demonstra uma ausência quase completa de investimentos diretos do município em saneamento básico, o que pode explicar o baixo desempenho no acesso da população de baixa renda à coleta de esgoto (Gráfico 12).

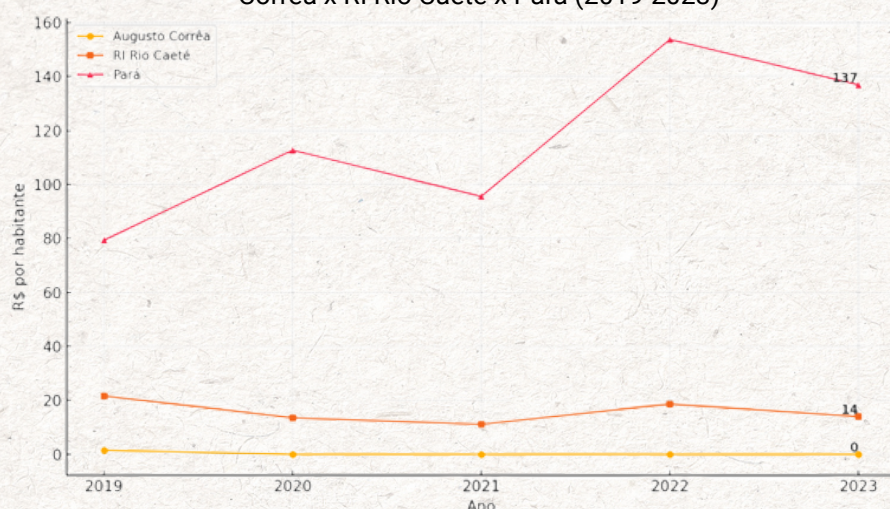
Na Região de Integração Rio Caeté, os gastos também fo-

ram modestos, mas relativamente mais consistentes: R\$ 21 em 2019, R\$ 14 em 2020, R\$ 11 em 2021, R\$ 19 em 2022 e R\$ 14 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, apresentou maior volume de investimento per capita: R\$ 80 em 2019, R\$ 113 em 2020, queda para R\$ 96 em 2021, forte alta para R\$ 153 em 2022 e leve recuo para R\$ 137 em 2023. A comparação evidencia uma clara desigualdade na capacidade fiscal e na priorização do saneamento entre os entes subnacionais, com Augusto Corrêa figurando como um dos mais críticos em termos de esforço orçamentário (Gráfico 12).





**Gráfico 12** - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

## ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

*Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.*

### Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

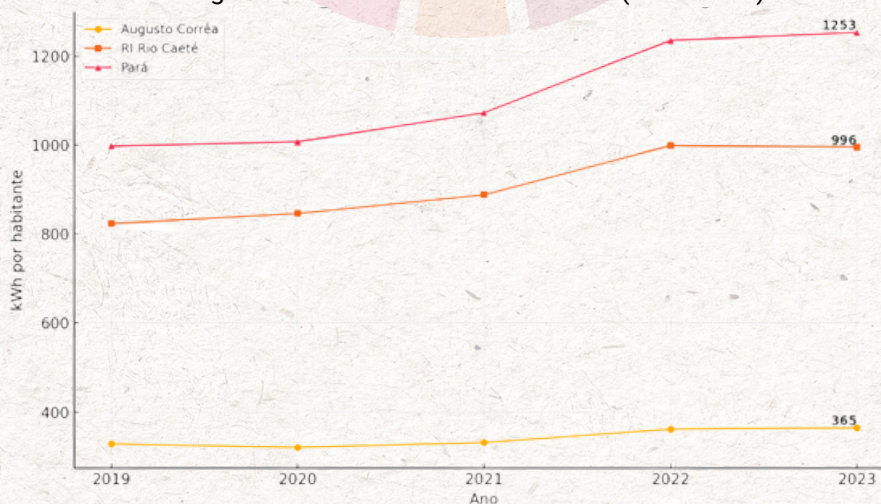
No município de Augusto Corrêa, o consumo de energia elétrica per capita manteve-se em patamares baixos durante o período, embora com leve tendência de crescimento. Em 2019, o consumo era de 324 kWh/hab., caindo ligeiramente para 318 em 2020. Nos anos seguintes, observou-se uma recuperação: 327 kWh/hab. em 2021, 354 em 2022 e, por fim, 365 kWh/hab. em 2023. Apesar do crescimento contínuo a partir de 2021, o nível de consumo ainda está significativamente abaixo da média estadual e regional, sugerindo limitações no acesso ou uso de



energia elétrica pela população local (Gráfico 13).

Na Região de Integração Rio Caeté, o consumo per capita começou em 828 kWh/hab. em 2019 e aumentou progressivamente: 846 em 2020, 887 em 2021, 996 em 2022, mantendo o mesmo valor em 2023. O estado do Pará apresentou os maiores valores da série: 994 kWh/hab. em 2019, 1006 em 2020, 1083 em 2021, 1237 em 2022 e 1253 em 2023. A comparação evidencia uma desigualdade energética entre os territórios, com Augusto Corrêa apresentando um consumo quase três vezes menor que o estadual, o que pode refletir tanto fatores estruturais quanto socioeconômicos, como renda, urbanização ou qualidade da rede elétrica (Gráfico 13).

**Gráfico 13** - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 365 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

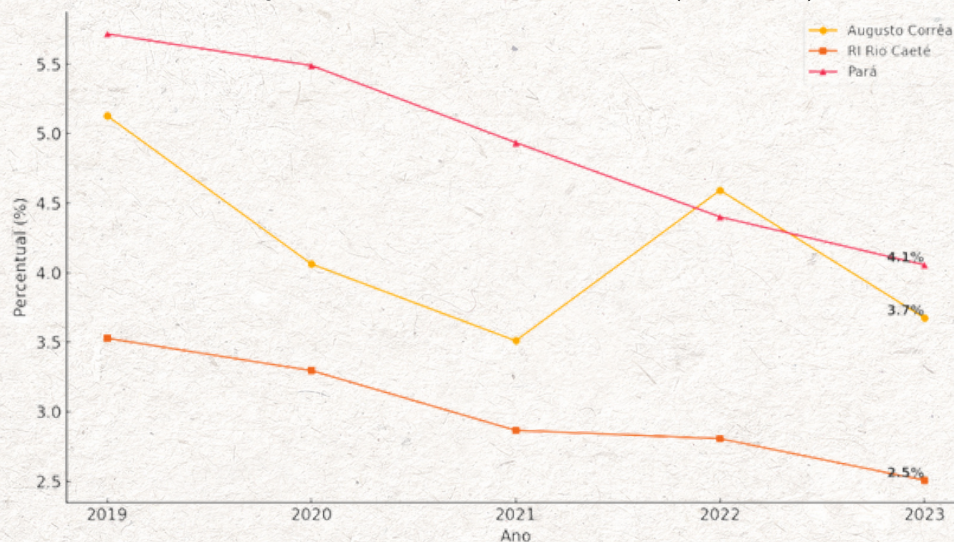
O percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil em Augusto Corrêa apresentou queda de 5,1% em 2019 para 4,1% em 2020 e 3,5% em 2021. No entanto, houve um aumento expressivo em 2022, com o índice saltando para 4,6%, antes de recuar novamente para 3,7% em 2023. Apesar da tendência de redução ao longo do período, a oscilação em 2022 indica uma possível dificuldade temporária de acesso à energia elétrica ou falha em programas de substituição de fontes fósseis por energia elétrica nas populações mais vulneráveis (Gráfico 14).





Na Região de Integração Rio Caeté, o comportamento foi de queda contínua: 3,5% em 2019, 3,3% em 2020, 2,8% em 2021, 2,7% em 2022 e 2,5% em 2023. Já o estado do Pará iniciou em 5,7% em 2019, caindo para 5,5% em 2020, 4,9% em 2021, 4,4% em 2022 e 4,1% em 2023. Embora o estado e a RI tenham apresentado melhorias consistentes, o município de Augusto Corrêa mostra instabilidades, o que pode indicar menor efetividade na implementação de políticas de transição energética para as faixas de renda mais baixas (Gráfico 14).

**Gráfico 14** - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

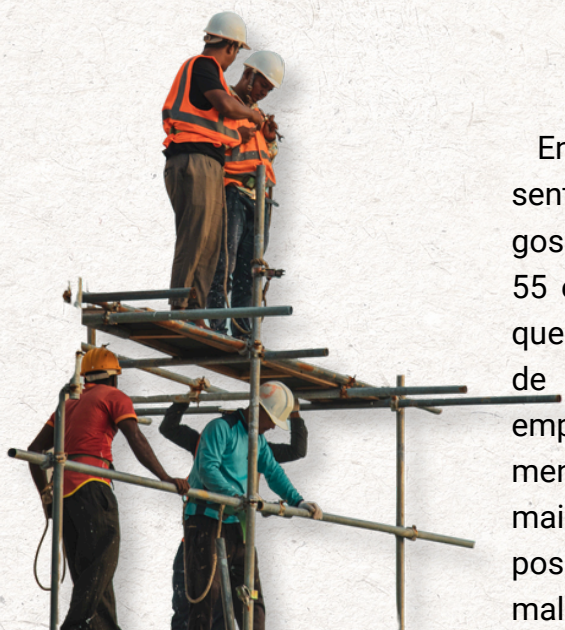


# ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

*Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



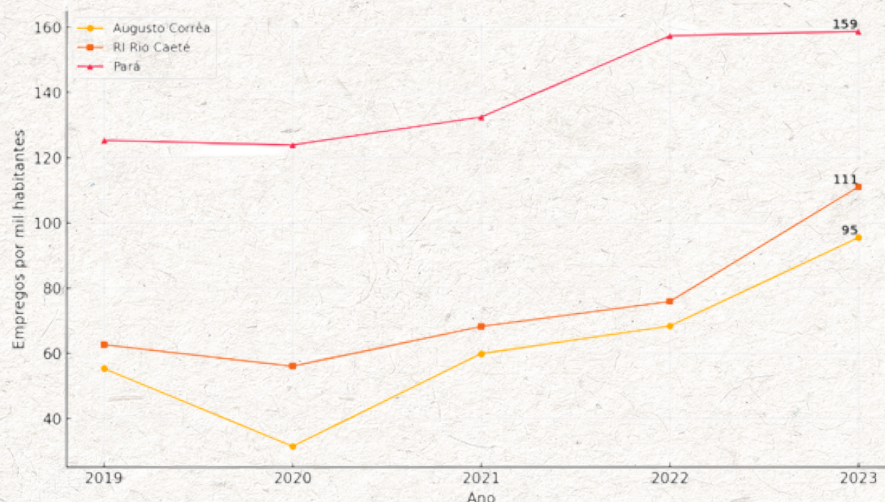
## Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Augusto Corrêa apresentou um crescimento expressivo no indicador de empregos formais por mil habitantes. Em 2019, o número era de 55 empregos formais por mil habitantes, mas sofreu uma queda significativa em 2020, atingindo apenas 31. A partir de 2021, observou-se uma recuperação constante: 60 empregos por mil habitantes em 2021, 69 em 2022 e, finalmente, 95 em 2023. Esse avanço representa um aumento de mais de 200% desde o ponto mais baixo da série, refletindo possível recuperação econômica local e ampliação da formalização das relações de trabalho no período pós-pandemia (Gráfico 15).

Na Região de Integração Rio Caeté, o comportamento foi semelhante, mas com patamares superiores ao do município em todos os anos: 63 empregos por mil habitantes em 2019, 57 em 2020, 68 em 2021, 76 em 2022 e 111 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 126 em 2019, manteve-se estável em 2020 (125), e apresentou crescimento contínuo nos anos seguintes: 132 em 2021, 157 em 2022 e 159 em 2023. Embora o município e a região tenham mostrado forte recuperação no período recente, a diferença em relação ao estado ainda é considerável, o que pode indicar desafios estruturais locais em termos de diversificação econômica, atração de investimentos e dinamização do mercado formal de trabalho (Gráfico 15).



**Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 95 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### PIB per capita

O município de Augusto Corrêa apresentou crescimento moderado no PIB per capita ao longo do período analisado. Em 2018, o valor era de R\$ 6.758, subindo para R\$ 7.057 em 2019. Em 2020, houve um avanço mais expressivo para R\$ 7.848, seguido de uma leve retração em 2021, quando o indicador caiu para R\$ 7.731. Já em 2022, o PIB per capita voltou a crescer, alcançando R\$ 8.417. Apesar da tendência geral de crescimento, os valores ainda são relativamente baixos em comparação aos demais níveis territoriais, refle-



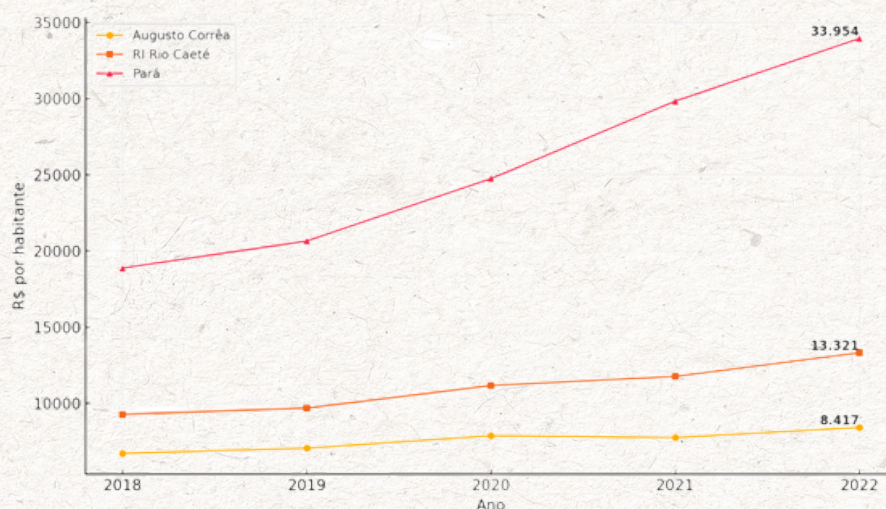
tindo possíveis limitações estruturais na economia local (Gráfico 16).

Na Região de Integração Rio Caeté, o PIB per capita apresentou trajetória mais robusta: de R\$ 9.256 em 2018, passou para R\$ 9.657 em 2019, R\$ 11.218 em 2020, R\$ 11.757 em 2021 e R\$ 13.321 em 2022. Já o estado do Pará demonstrou desempenho muito superior, partindo de R\$ 18.981 em 2018 e crescendo de forma consistente: R\$ 20.766 (2019), R\$ 24.829 (2020), R\$ 29.786 (2021) e R\$ 33.954 em 2022. O contraste evidencia uma forte



concentração de renda e atividade econômica nas regiões mais desenvolvidas do estado, ao passo que Augusto Corrêa avança em ritmo mais lento, provavelmente sustentado por setores de menor valor agregado (Gráfico 16).

**Gráfico16** - PIB per capita, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8.417/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

*Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



## Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Augusto Corrêa, o valor adicionado da indústria em relação ao PIB apresentou comportamento estável, porém em níveis baixos. O indicador iniciou em 3,7% em 2018, subiu discretamente para 3,8% em 2019, recuando para 3,6% em 2020, e retornando a 3,5% tanto em 2021 quanto em 2022. Esses dados evidenciam uma participação limitada da indústria na composição econômica local, o que pode indicar dependência de setores como agropecuária ou administração pública, com baixo grau de industrialização e geração de valor (Gráfico 17).

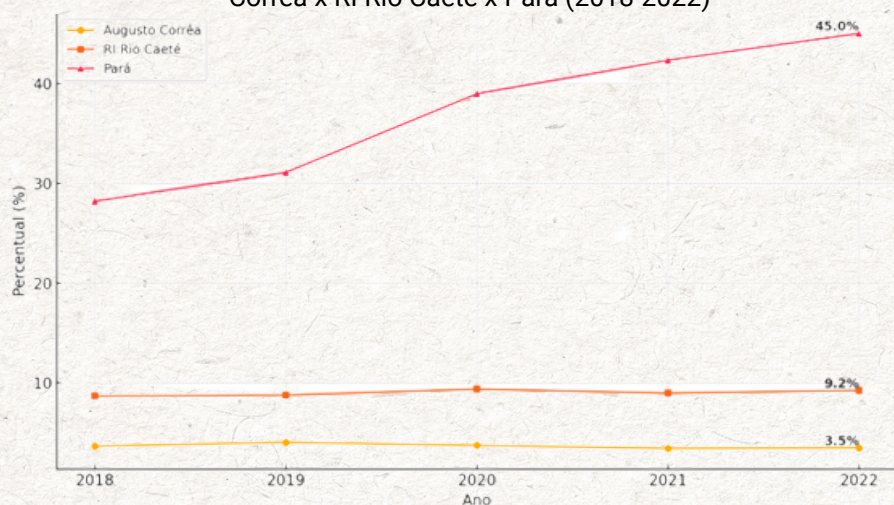
Na Região de Integração Rio Caeté, o peso da indústria foi significativamente maior e mais

consistente: manteve-se em 8,8% em 2018 e 2019, cresceu para 9,3% em 2020, recuou levemente para 8,9% em 2021 e subiu novamente para 9,2% em 2022. Em nível estadual, o Pará apresentou forte expansão da participação industrial no PIB: de 28,2% em 2018, aumentou para 31,2% em 2019, 38,7% em 2020, 42,4% em 2021 e alcançou 45,0% em 2022. Essa expansão estadual reflete, em grande parte, o fortalecimento de setores extrativos e industriais ligados à mineração, energia e transformação, destacando a disparidade em relação aos municípios com baixa densidade industrial como Augusto Corrêa (Gráfico 17).





**Gráfico 17** - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Augusto Corrêa apresentou variações relevantes no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. Em 2019, o indicador registrava 18,9 profissionais por 100 mil habitantes, mas caiu para 13,1 em 2020. A partir desse ponto, houve uma recuperação consistente: 18,5 em 2021, 20,3 em 2022 e, finalmente, um salto para 25,0 em 2023, o maior valor da série.



Essa trajetória evidencia uma valorização progressiva da presença de profissionais da ciência no município, o que pode estar relacionado ao estímulo a políticas locais de educação, pesquisa aplicada ou integração com universidades e institutos (Gráfico 18).

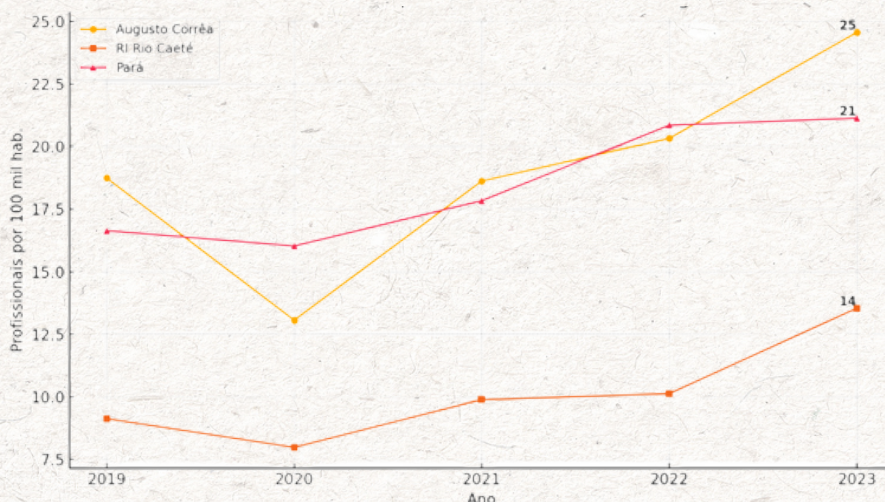
Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador evoluiu de

forma mais tímida: começou em 9,0 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 8,0 em 2020, subindo gradualmente para 10,0 em 2021 e 2022, e alcançou 14,0 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 16,8 em 2019, recuou levemente para 16,1 em 2020, e então cresceu ano a ano: 17,9 em 2021, 20,9 em 2022 e 21,0 em 2023. A análise mostra que Augusto Corrêa superou os patamares estadual e regional em 2023, o que representa um desempenho notável para um município de pequeno porte e pode indicar avanço na qualificação do capital humano científico local (Gráfico 18).





**Gráfico 18** - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

## ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

*Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles*



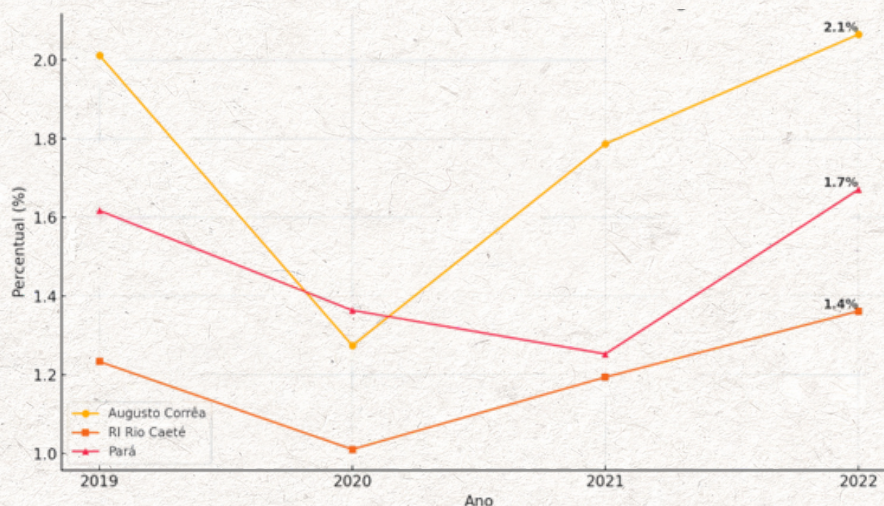


### Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o município de Augusto Corrêa apresentou variações significativas na participação da massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB local. Em 2019, esse percentual era de 2,01%, mas caiu para 1,28% em 2020, possivelmente refletindo os impactos econômicos da pandemia sobre o emprego formal. A partir de 2021, houve uma retomada consistente: o índice subiu para 1,78% e, em 2022, alcançou 2,10%, o maior valor do período. Esse comportamento indica uma valorização da massa salarial formal na economia municipal, possivelmente associada à recuperação do mercado de trabalho formal e à melhora nos rendimentos (Gráfico 19).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador partiu de 1,24% em 2019, caiu para 1,00% em 2020 e teve leve recuperação nos anos seguintes: 1,19% em 2021 e 1,4% em 2022. Já no estado do Pará, a série mostrou uma leve queda de 1,61% em 2019 para 1,36% em 2020 e 1,26% em 2021, seguida por recuperação em 2022, quando atingiu 1,7%. Embora o Pará tenha mantido patamares mais elevados que a região, Augusto Corrêa destacou-se em 2022 ao superar ambos os níveis territoriais. Isso revela uma melhora relativa na formalização e remuneração no município, o que pode sinalizar maior dinamismo local na geração de renda do trabalho com carteira assinada (Gráfico 19).

**Gráfico 19** - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

## Acesso à Telefonia Móvel

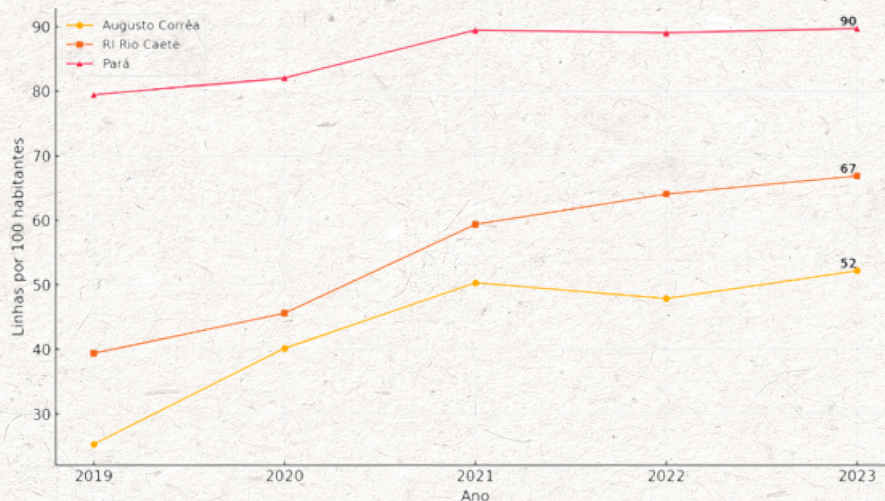
O município de Augusto Corrêa apresentou crescimento gradual no acesso à telefonia móvel ao longo do período. Em 2019, havia 25 linhas por 100 habitantes, aumentando para 40 em 2020 e alcançando 50 em 2021. Houve uma leve queda em 2022, com 48 linhas, mas o índice voltou a subir em 2023, chegando a 52. Embora o crescimento seja consistente, o município ainda apresenta um nível significativamente inferior ao registrado na Região de Integração Rio Caeté (67) e no estado do Pará (90) em 2023, o que evidencia limitações no acesso ou cobertura do serviço em áreas mais isoladas (Gráfico 20).

Na RI Rio Caeté, o acesso foi de 39 linhas por 100 habitantes em 2019, subindo para 45 em 2020, 59 em 2021, 64 em 2022 e 67 em 2023. Já o estado do Pará manteve uma trajetória de estabilidade em níveis elevados: 79 em 2019, 82 em 2020, 89 em 2021, 89 em 2022 e 90 em 2023. A disparidade entre os níveis territoriais mostra que, embora haja avanços em Augusto Corrêa, o acesso à telefonia móvel ainda é um desafio local, sobretudo diante da crescente importância desse serviço para inclusão digital, acesso a serviços e comunicação básica (Gráfico 20).





**Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)**



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

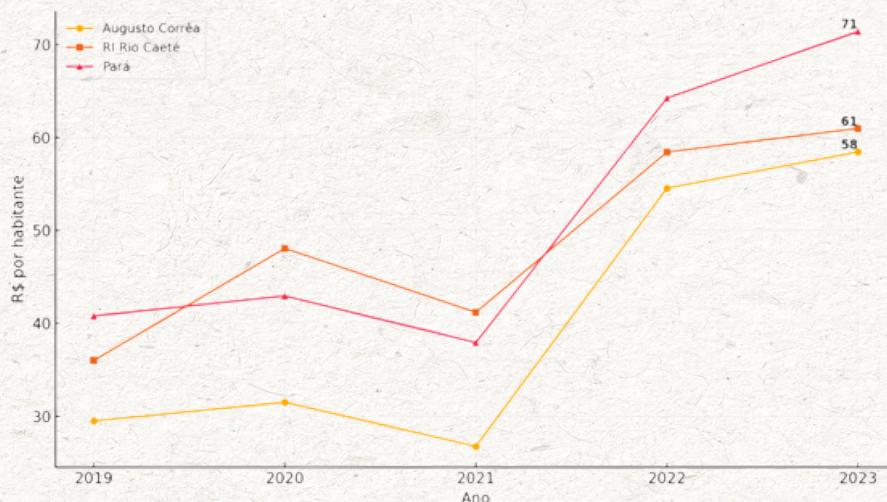
Em Augusto Corrêa, os gastos públicos por habitante com cultura e gestão ambiental iniciaram em R\$ 29,6 em 2019 e subiram levemente para R\$ 31,5 em 2020. Em 2021, houve recuo para R\$ 26,6, mas os investimentos aumentaram expressivamente nos anos seguintes: R\$ 54,9 em 2022 e R\$ 58,2 em 2023. Esse crescimento recente indica uma priorização dessas áreas no orçamento local, possivelmente em resposta a demandas por políticas culturais e ambientais mais efetivas no município (Gráfico 21).

Na RI Rio Caeté, os valores variaram de R\$

36,0 em 2019 para R\$ 48,3 em 2020, com queda em 2021 (R\$ 41,6) e nova elevação em 2022 (R\$ 58,4) e 2023 (R\$ 61). Já no estado do Pará, a evolução foi: R\$ 40,7 (2019), R\$ 43,0 (2020), queda para R\$ 38,2 em 2021 e aumento acentuado para R\$ 64,8 em 2022 e R\$ 71,1 em 2023. Esses dados indicam que tanto o município quanto os demais níveis passaram a investir mais intensamente em cultura e meio ambiente a partir de 2022, alinhando-se a uma tendência de retomada pós-pandemia e fortalecimento das políticas públicas nessas áreas estratégicas (Gráfico 21).



**Gráfico 21** - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

## ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

*Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.*



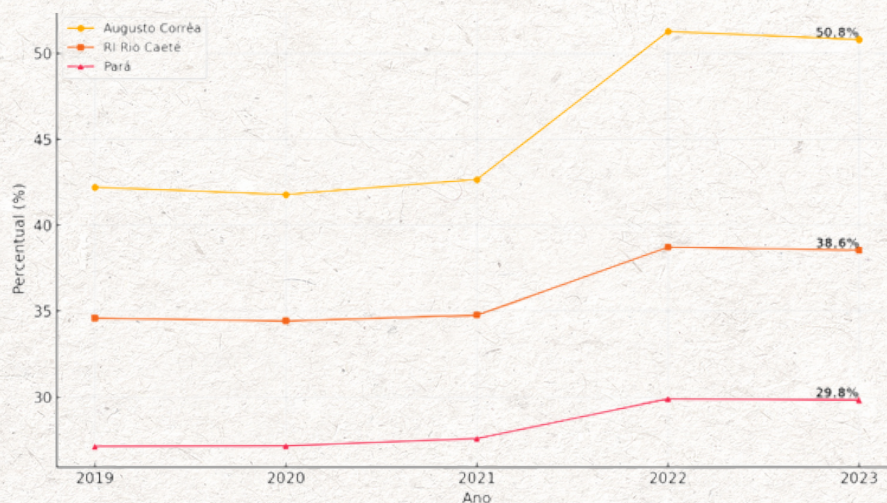


## Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

No município de Augusto Corrêa, o percentual de pessoas de baixa renda que adotam práticas precárias de descarte de lixo, como queimar ou enterrar resíduos, manteve-se elevado e em crescimento ao longo do período. Em 2019, o indicador era de 42,3%, caindo ligeiramente para 41,9% em 2020, mas voltando a subir nos anos seguintes: 42,8% em 2021, 51,1% em 2022 e 50,8% em 2023. Isso revela que mais da metade da população de baixa renda do município ainda recorre a métodos inadequados de destinação de resíduos, o que representa um risco à saúde pública e ao meio ambiente (Gráfico 22).

Na Região de Integração Rio Caeté, os percentuais também são elevados, embora em níveis inferiores aos de Augusto Corrêa: 34,6% em 2019, 34,4% em 2020, 34,7% em 2021, 38,6% em 2022 e repetindo esse valor em 2023. Já o estado do Pará apresentou os menores índices: 27,1% em 2019 e 2020, 27,5% em 2021, 29,8% em 2022 e mantendo 29,8% em 2023. A análise evidencia uma clara desigualdade no acesso a sistemas de coleta e destinação de resíduos sólidos, sendo os municípios de menor porte e regiões interioranas mais afetados por práticas de autogestão inadequadas (Gráfico 22).

**Gráfico 22** - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



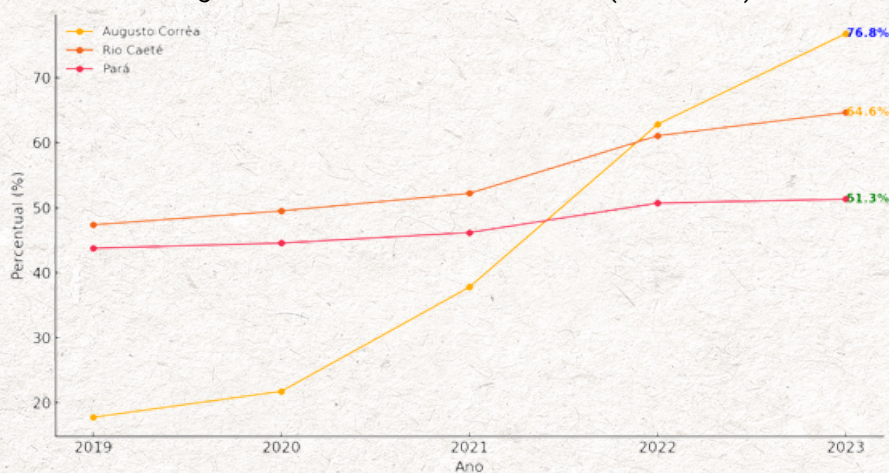
### População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar em Augusto Corrêa aumentou significativamente durante o período. Em 2019, o indicador era de 17,9%, passando para 22,1% em 2020 e 37,6% em 2021. Em 2022, houve um salto expressivo para 62,4%, culminando em 76,8% em 2023. Esses números apontam para uma grave deficiência na cobertura de saneamento básico, com a maioria da população vulnerável dependendo de soluções precárias e de baixo padrão sanitário para o esgotamento doméstico (Gráfico 23).

Na Região de Integração Rio Caeté, os valo-

res também subiram, mas de forma mais gradual: de 47,8% em 2019 para 49,4% em 2020, 52,3% em 2021, 61,8% em 2022 e 64,6% em 2023. Já no estado do Pará, os percentuais foram mais baixos, ainda que preocupantes: 43,5% em 2019, 44,6% em 2020, 46,1% em 2021, 50,5% em 2022 e 51,3% em 2023. A progressiva elevação do uso de fossas rudimentares, especialmente em Augusto Corrêa, indica o agravamento das desigualdades no acesso à infraestrutura de esgotamento sanitário, demandando ações urgentes de investimento e inclusão socioambiental (Gráfico 23).

**Gráfico 23** - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

*Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.*

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



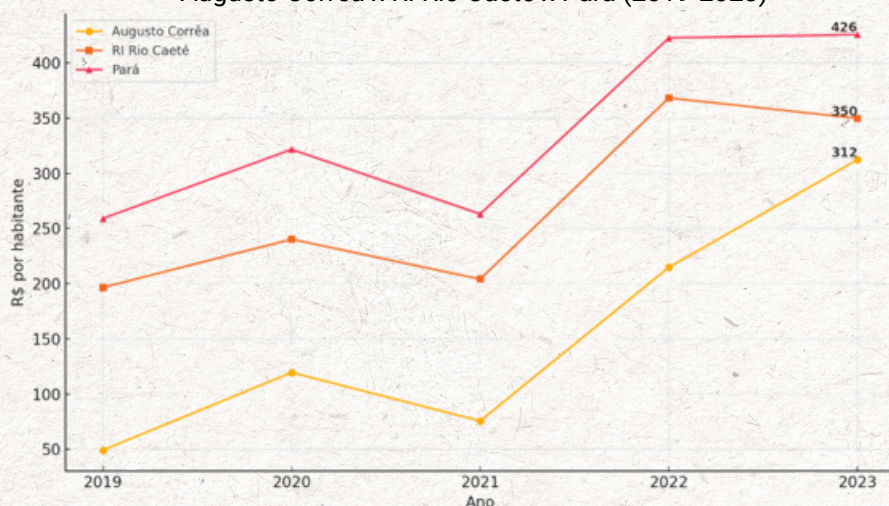
## Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Augusto Corrêa, os gastos públicos per capita com prevenção de desastres apresentaram forte crescimento ao longo dos anos. Em 2019, o município investia R\$ 49 por habitante, valor que subiu para R\$ 120 em 2020. Em 2021, houve uma leve queda para R\$ 78, seguida de um salto expressivo para R\$ 216 em 2022 e, por fim, R\$ 312 em 2023. Esse aumento de mais de 530% entre 2019 e 2023 pode refletir tanto a intensificação de eventos climáticos extremos na região quanto um maior esforço da gestão municipal para mitigar seus impactos sobre a população (Gráfico 24).



Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador começou em R\$ 197 em 2019, subiu para R\$ 240 em 2020, caiu para R\$ 205 em 2021 e voltou a subir para R\$ 365 em 2022, antes de recuar ligeiramente para R\$ 350 em 2023. Já o estado do Pará apresentou os maiores valores em todos os anos: R\$ 258 (2019), R\$ 321 (2020), R\$ 263 (2021), R\$ 426 (2022) e R\$ 426 novamente em 2023. O comparativo mostra que, apesar de iniciar com baixo investimento, Augusto Corrêa vem se aproximando da média regional, destacando-se pela forte elevação recente em alocação de recursos para políticas de prevenção de riscos e desastres naturais (Gráfico 24).

**Gráfico 24** - Gastos per capita com prevenção de desastres, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 312/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

*Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.*



Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

## Despesa per capita com preservação aquática

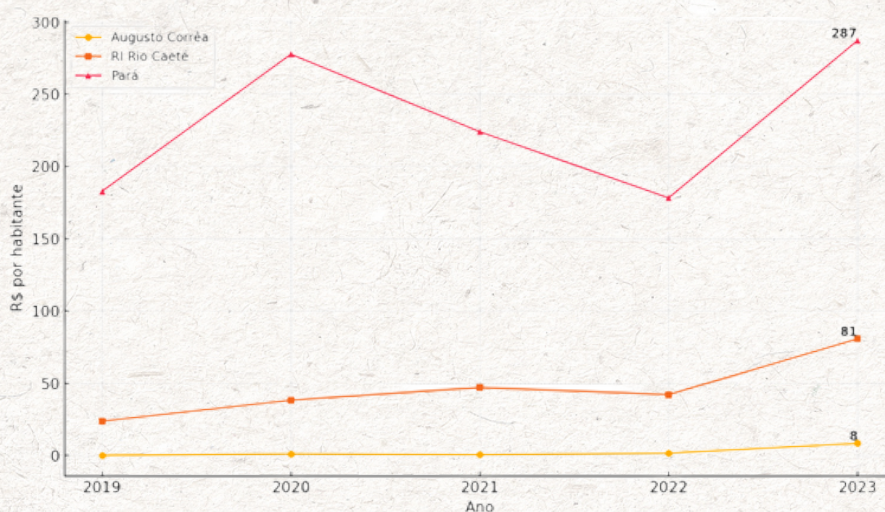
Augusto Corrêa demonstrou baixos níveis de investimento per capita em preservação aquática durante quase todo o período analisado. De 2019 a 2021, os valores foram praticamente nulos (R\$ 0, R\$ 1 e R\$ 0, respectivamente). Em 2022, houve pequeno avanço com R\$ 2 por habitante, seguido de aumento para R\$ 8 em 2023. Apesar da melhora recente, os números ainda são extremamente reduzidos frente à importância estratégica da preservação de recursos hídricos para um município costeiro e com comunidades vulneráveis que dependem da pesca, abastecimento e saneamento básico (Gráfico 25).

Na RI Rio Caeté, os valores foram signi-

ficativamente maiores: R\$ 24 (2019), R\$ 37 (2020), R\$ 46 (2021), R\$ 42 (2022) e R\$ 81 em 2023. O estado do Pará manteve-se como o maior investidor, começando em R\$ 182 em 2019, saltando para R\$ 278 em 2020, com queda para R\$ 223 em 2021, R\$ 180 em 2022 e nova alta para R\$ 287 em 2023. O contraste evidencia que, embora a temática ambiental aquática esteja ganhando mais atenção em nível estadual e regional, Augusto Corrêa ainda apresenta grande defasagem orçamentária nessa área, sinalizando a necessidade de ampliar investimentos na proteção de rios, lagos, igarapés e zonas costeiras (Gráfico 25).



**Gráfico 25** - Despesa per capita com preservação aquática, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

*Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



## Percentual da Área de Floresta em relação à área total

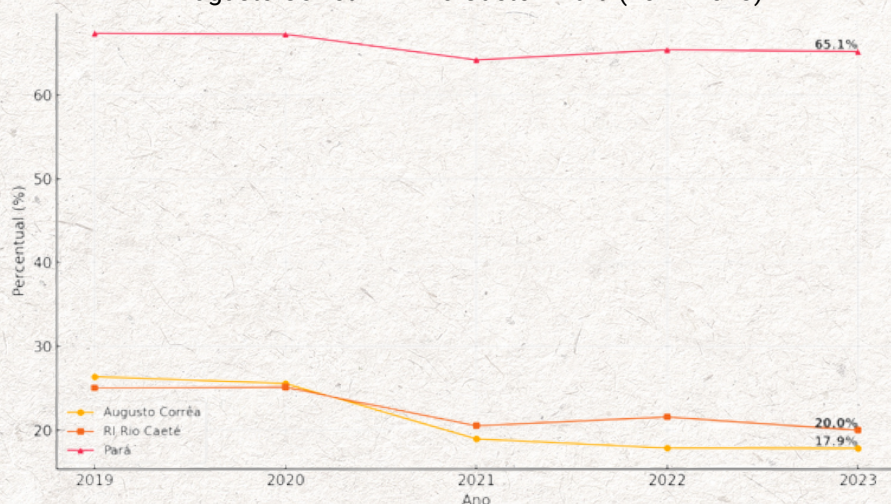
No município de Augusto Corrêa, a cobertura florestal apresentou uma tendência de queda ao longo do período analisado. Em 2019, 26,1% da área total do município era composta por floresta, valor que caiu ligeiramente para 25,5% em 2020 e depois de forma mais acentuada para 19,3% em 2021. A retração se estabilizou nos dois últimos anos, com 17,8% em 2022 e 17,9% em 2023. Essa redução de quase 8 pontos percentuais no período evidencia a pressão crescente sobre os remanescentes florestais, o que pode estar associado à expansão urbana, atividades agropecuárias e ausência de políticas locais de proteção efetiva (Gráfico 26).

Na Região de Integração Rio

Caeté, a cobertura florestal também apresentou declínio: de 25,3% em 2019 para 25,0% em 2020, 20,5% em 2021, 21,6% em 2022 e leve queda para 20,0% em 2023. Já no estado do Pará, embora os valores estejam em patamares muito superiores, também houve oscilação: 66,2% em 2019 e 2020, queda para 63,7% em 2021, seguida de recuperação para 64,7% em 2022 e 65,1% em 2023. A comparação mostra que tanto o município quanto a RI apresentam índices muito abaixo da média estadual, com o Pará preservando cerca de dois terços de sua área total com floresta, enquanto Augusto Corrêa mantém menos de um quinto (Gráfico 26).



**Gráfico 26** - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



## Percentual da Área Desmatada em relação à área total

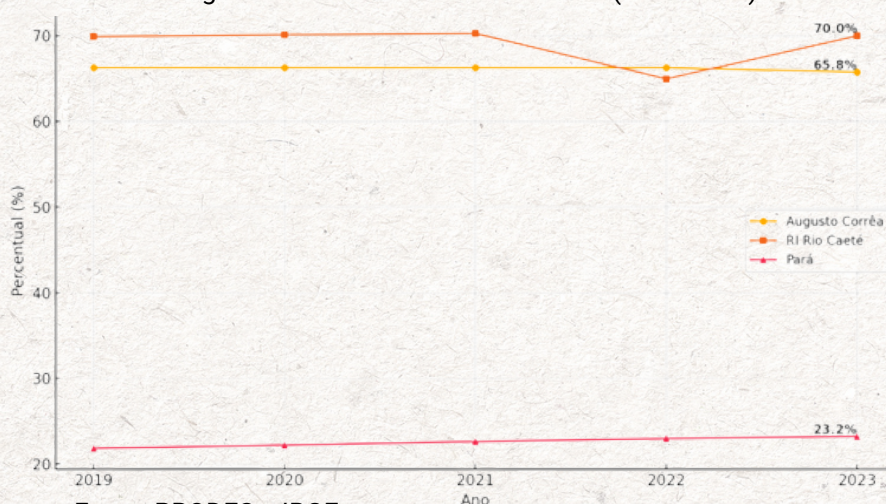
Augusto Corrêa apresentou um quadro estável e elevado de área desmatada durante o período. De 2019 a 2021, o percentual permaneceu constante em 66,1%. Em 2022, houve um ligeiro aumento para 66,3%, mas em 2023 o índice retornou ao patamar anterior, atingindo 65,8% novamente. Isso demonstra uma estabilização de um cenário crítico, com mais de dois terços do território municipal já desmatado, o que limita drasticamente a capacidade de regeneração ambiental, conservação da biodiversidade e manutenção de serviços ecossistêmicos (Gráfico 27).

Na Região de Integração Rio Caeté, os valores foram ainda

mais alarmantes: 69,8% em 2019 e 2020, ligeiro aumento para 69,9% em 2021, queda para 65,0% em 2022 e retorno ao patamar anterior em 2023 com 70,0%. O estado do Pará, por outro lado, apresentou percentuais significativamente menores e em leve elevação: 21,7% (2019), 22,0% (2020), 22,3% (2021), 22,7% (2022) e 23,2% (2023). A disparidade reforça a urgência de políticas regionais direcionadas a territórios com alta taxa de conversão de floresta para uso antrópico, especialmente em regiões como o nordeste paraense, onde a pressão sobre os recursos naturais é historicamente intensa (Gráfico 27).



**Gráfico 27** - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

*Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.*

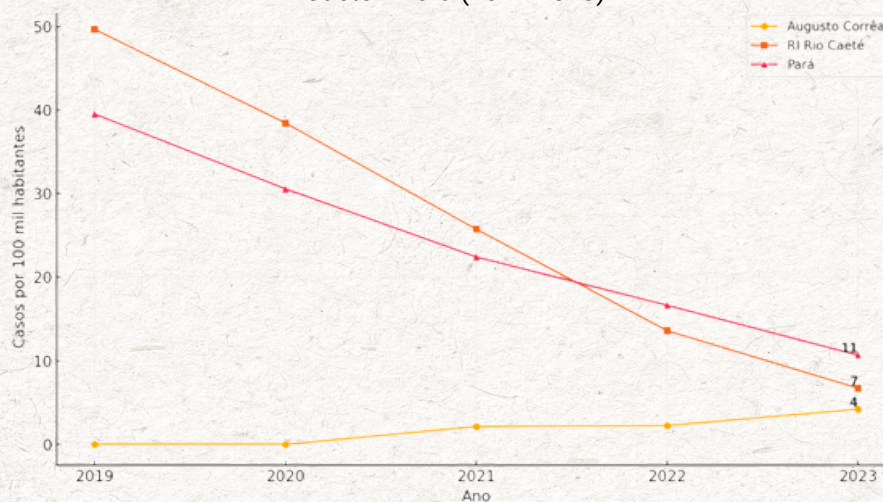
## Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O município de Augusto Corrêa manteve índices muito baixos de trabalho infantil ao longo do período. Em 2019 e 2020, o indicador foi zerado, com 0 casos por 100 mil habitantes. Em 2021 e 2022, houve um ligeiro aumento para 2 casos, e em 2023 o número cresceu para 4 casos por 100 mil. Apesar do crescimento nos últimos anos, os níveis permanecem significativamente inferiores aos das demais regiões, o que pode indicar ou um controle efetivo da prática ou, alternativamente, subnotificação em relação à realidade local (Gráfico 28).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador apresentou uma queda expressiva: de 49 casos em 2019 para 39 em 2020, 26 em 2021, 14 em 2022 e 7 em 2023. Já no estado do Pará, a redução foi igualmente consistente, partindo de 40 casos por 100 mil em 2019, passando por 31 (2020), 22 (2021), 17 (2022) e 11 em 2023. O recuo geral nas três escalas evidencia uma tendência positiva na redução do trabalho infantil, ainda que os valores da RI e do estado ainda sejam superiores ao ideal, exigindo atenção contínua das políticas públicas de proteção à infância (Gráfico 28).



**Gráfico 28** - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

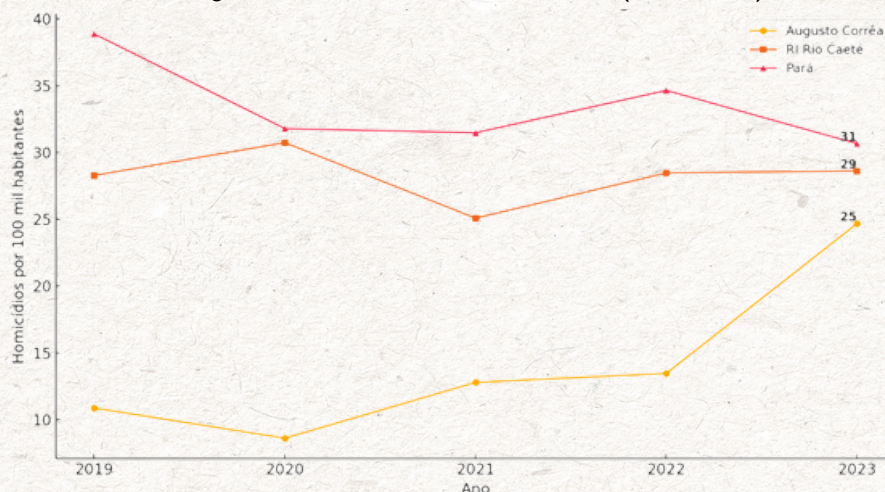
Em Augusto Corrêa, a taxa de homicídios apresentou uma trajetória de crescimento nos últimos anos. O município iniciou com 10,8 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, recuou para 8,4 em 2020, mas voltou a subir nos anos seguintes: 12,9 em 2021, 13,6 em 2022 e chegou a 25,0 em 2023. Esse aumento significativo no último ano mais do que dobrou o índice em relação ao ano inicial, refletindo uma possível deterioração das condições de segurança pública local ou aumento da violência letal (Gráfico 29).

Na Região de Integração Rio Caeté, os valores oscilaram: de 28,3 (2019), subiram

para 30,9 (2020), recuaram para 25,3 (2021), aumentaram para 28,6 (2022) e mantiveram-se em 29,0 em 2023. O estado do Pará iniciou com 38,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 32,1 em 2020 e se manteve estável nos anos seguintes: 31,5 (2021), 34,5 (2022) e 31,0 (2023). A comparação revela que, embora Augusto Corrêa tenha mantido taxas mais baixas que a média regional e estadual nos primeiros anos, a elevação registrada em 2023 é preocupante, exigindo resposta rápida das autoridades locais para frear a escalada da violência (Gráfico 29).



**Gráfico 29** - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

*Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.*



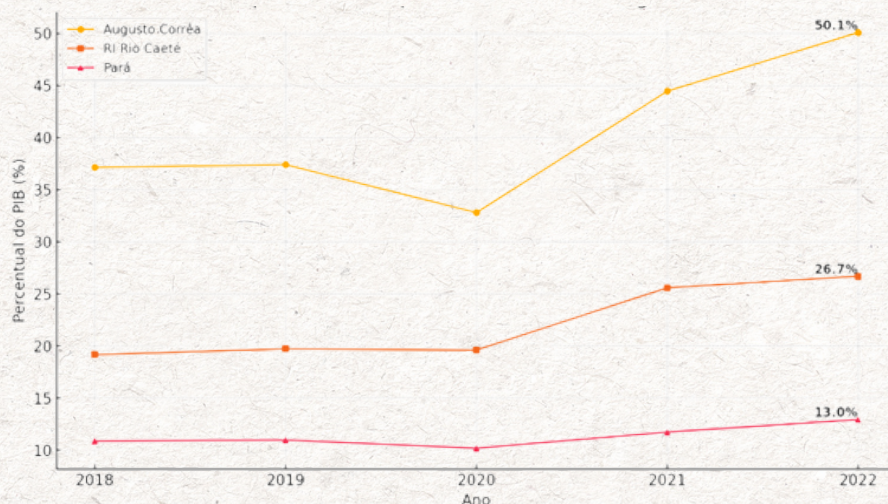


## Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Augusto Corrêa apresentou variações significativas na proporção do gasto público municipal em relação ao seu Produto Interno Bruto (PIB). Em 2018 e 2019, os valores mantiveram-se estáveis em 37,1% e 37,3%, respectivamente. No entanto, em 2020 houve uma queda para 32,8%, o que pode estar associado aos efeitos da pandemia sobre a arrecadação e a atividade econômica. A partir de 2021, o indicador cresceu acentuadamente, atingindo 44,4% e, em 2022, chegou a 50,1%. Esse avanço pode indicar um esforço de expansão dos investimentos e serviços públicos locais, ainda que também possa refletir uma estagnação ou retração do PIB frente ao aumento das despesas (Gráfico 30).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador partiu de 19,0% em 2018 e manteve-se estável até 2020 (19,7%), antes de crescer para 25,7% em 2021 e alcançar 26,7% em 2022. Já no estado do Pará, os valores foram consistentemente menores: 10,7% em 2018, 11,0% em 2019, leve queda para 10,0% em 2020, seguido por aumentos sucessivos até atingir 13,0% em 2022. A análise evidencia que Augusto Corrêa tem um padrão de gasto público municipal relativamente elevado em relação à sua economia local, superando em quase o dobro da média da RI e em quase quatro vezes o percentual estadual, o que sugere forte presença do setor público na dinâmica econômica municipal (Gráfico 30).

**Gráfico 30** - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



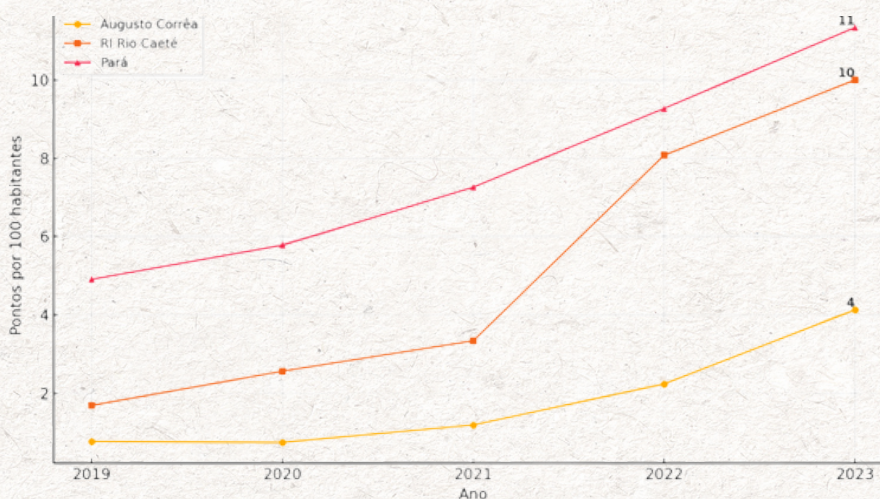
### Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o município de Augusto Corrêa apresentou um crescimento progressivo na taxa de acesso à banda larga fixa, embora ainda mantenha níveis inferiores aos da região e do estado. Em 2019 e 2020, a taxa era de apenas 0,7 pontos por 100 habitantes, subindo para 1,1 em 2021. A partir de então, o avanço foi mais expressivo, atingindo 2,2 pontos em 2022 e 4,0 pontos em 2023. Apesar da tendência de crescimento, o valor de 2023 revela que apenas 4% da população possuía acesso à banda larga fixa, o que ainda indica grande limitação de infraestrutura digital e conectividade no município (Gráfico 31).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indi-

cador evoluiu de 1,7 em 2019 para 2,5 em 2020, 3,3 em 2021, saltando para 8,1 em 2022 e alcançando 10,0 pontos em 2023, o que representa um crescimento quase seis vezes maior no período. Já o estado do Pará também demonstrou trajetória de avanço constante, partindo de 4,9 pontos em 2019 e crescendo anualmente até atingir 11,0 em 2023. A comparação mostra que Augusto Corrêa segue com um desempenho muito inferior ao restante do estado, reforçando a necessidade de políticas públicas específicas voltadas à expansão da infraestrutura de conectividade e ao enfrentamento da exclusão digital nas áreas mais vulneráveis (Gráfico 31).

**Gráfico 31** - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

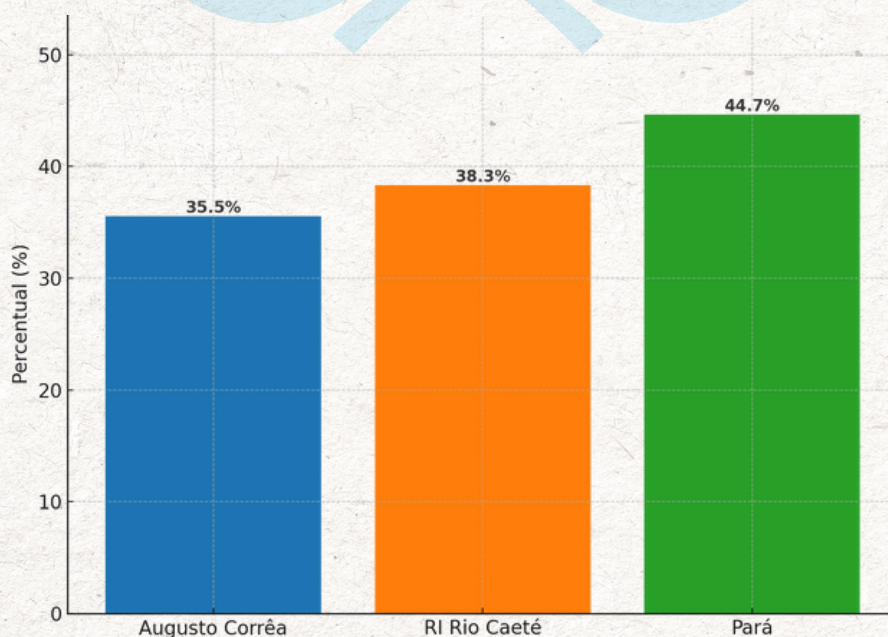


# Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Augusto Corrêa** registrou um IDS de **35,5%** (gráfico 32).

**Gráfico 32** - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Augusto Corrêa x RI Rio Caeté x Pará (2025)



## Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.





# Anexo I

## Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

**Figura 1** - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



**Figura 2** - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.





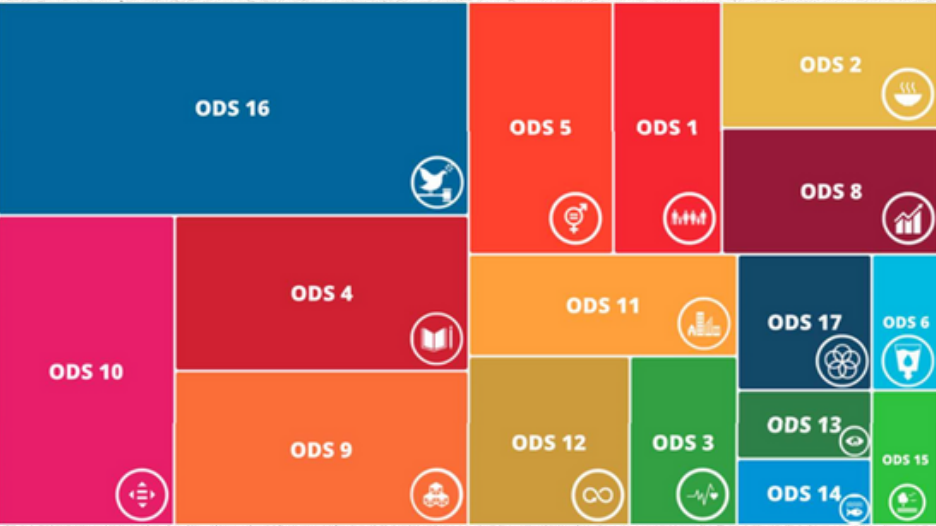
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

## Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.





A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).







Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

## Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos





dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Augusto Corrêa na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Augusto Corrêa e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.





Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



## Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.





## Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

\*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).





## FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

[www.fapespa.pa.gov.br](http://www.fapespa.pa.gov.br)

